

# Políticas públicas e ações para manter a empregabilidade em Brasília

» ALDO PAVIANI

Geógrafo e professor emérito da Universidade de Brasília

O Distrito Federal, em maio último, manteve elevado número de pessoas ocupadas — quase 1 milhão e quatrocentas mil pessoas. Segundo dados de abril último da Codeplan, a taxa de ocupados aumentou cerca de 5%, o que é positivo na medida em que a pandemia continua elevada. O desemprego arrefeceu, todavia manteve-se em patamar alto, ou seja, 262 mil, ainda segundo a pesquisa da instituição citada, mas 20 mil empregos a menos do que no mês anterior. O desemprego só não foi maior devido ao serviço público que aumentou em cerca de 19,2% e aos serviços com aumento de 9,1%. Isso revela que a população ainda procura os serviços públicos e privados para alguns fins básicos da vida cotidiana.

Apesar da redução do desemprego, ainda se deve ter alguma preocupação, pois, de alguma maneira, indica duas possibilidades: uma — muitas pessoas ainda devem se ocupar com trabalhos esporádicos, nem sempre positivos para manter pessoas de uma família média de cinco pessoas; em segundo lugar, as instituições de segurança do DF devem se manter em alerta para possível aumento da instabilidade social ou, melhor dizendo, aumento da violência.

Mas essa constatação deve ser comparada com anos anteriores para ter certeza de ações futuras. O porte de armas de fogo (revólveres) e armas brancas (facações e punhais) tem sido usado para cometer crimes contra a vida de desafetos. São necessárias ações ou políticas públicas para manter a segurança da população, ao tempo em que se restringe o porte de armamento. O uso ilícito de armas deve ser constantemente vigiado e combatido por parte das forças de segurança.

A violência, de modo geral ligada também ao tráfico de drogas, pode se associar ao desemprego aqui e em outras capitais do Brasil ou de outros países. Essa violência pode chegar ao extremo de eliminação de pessoas, seja por competição no comércio ilegal de drogas, seja por motivo de dívidas contraídas no consumo de entorpecentes. Essa violência é de difícil diagnóstico porque, em geral, não se faz boletim de ocorrência na polícia por óbvios motivos de que as pessoas não desejam se expor e porque também podem ser vítimas dos que comandam esse comércio em toda a parte.

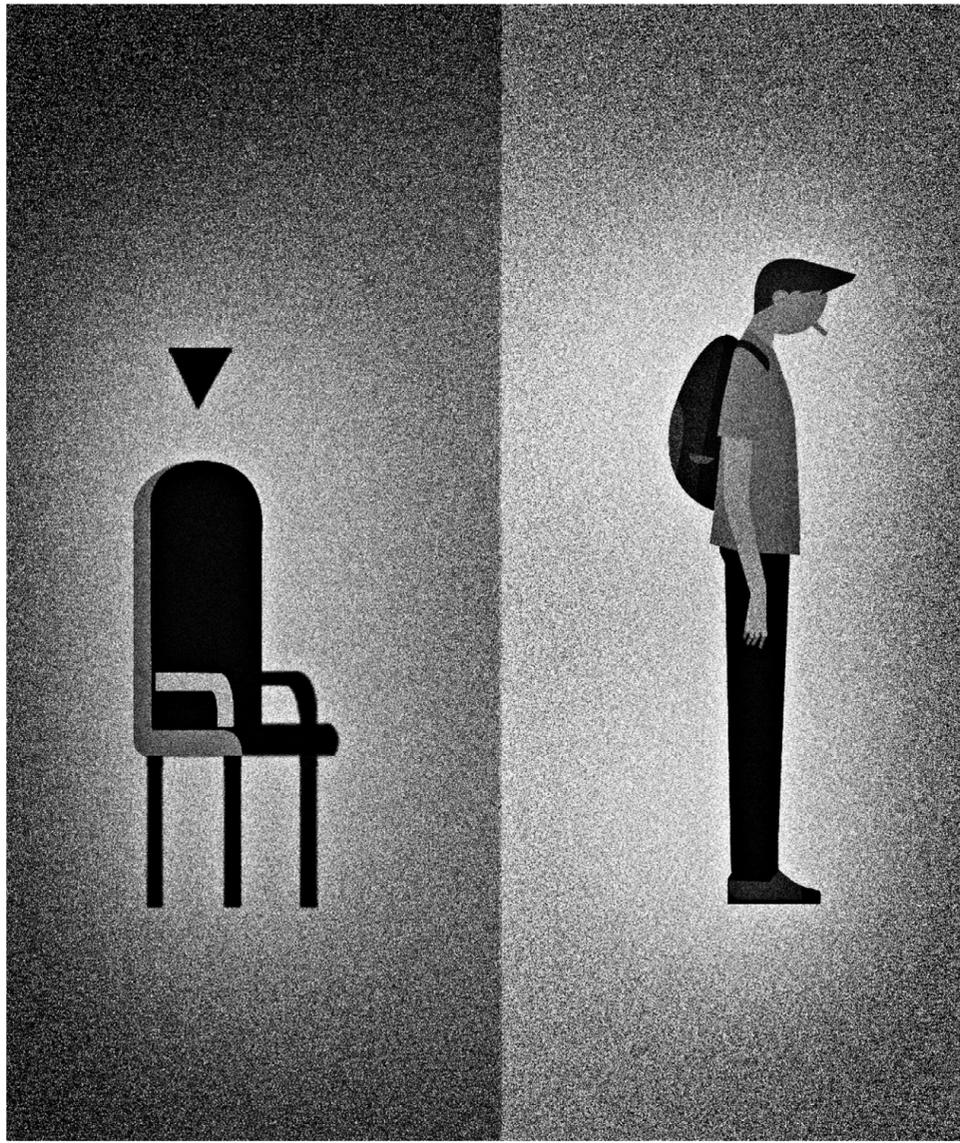
Embora muitas pessoas se ocupem no tráfico, não há como fazer um levantamento dos envolvidos porque a atividade é desempenhada clandestinamente e raramente as autoridades conseguem desbaratar quadrilhas envolvidas nessa ocupação. Assim, não se pode dizer que os que traficam tenham uma ocupação qualificada por “emprego”, já que atuam nos espaços escuros das cidades e metrópoles.

Segundo o Mapa da Fome, da ONU, há 33 milhões de brasileiros passando fome e 61 milhões que não estão comendo o suficiente como deveriam. Enquanto isso, o governo brasileiro afirma que o “Brasil está bem”. Esse aspecto da fome e o desemprego maquiado mais parecem artefatos criados em tempos de campanha eleitoral para superar um quadro de desesperança que a população enfrenta no cotidiano.

A despeito de o Brasil ser um grande produtor de grãos, arroz, soja e feijão — muitas toneladas exportadas — não se procura manter o mercado interno acessível aos brasileiros, que, por isso, passam fome. Mesmo que se diga que há milhares passando fome e se forneça um quantitativo, pensa-se que é um dado subestimado. É subestimado porque nem sempre o levantamento verifica se a alimentação dos indivíduos é completa, três vezes ao dia e com as necessárias proteínas, vitaminas e fibras para sustentar, digamos, um trabalhador. Então, o faminto trabalha com menor capacidade produtiva — cansa-se com facilidade e o que produz não é suficiente para que permaneça no emprego. Ademais, a fome pode estar presente entre as crianças. Mesmo que se alimentem na escola, não

há registros de quantas tenham o benefício.

Essa é uma avaliação que poucos fazem, simplesmente porque não se procede a um levantamento da capacidade produtiva média dos trabalhadores. Então, o descalço com a fome, que pode levar ao desemprego é algo preocupante. Não se pode afirmar que o desemprego de quase 300 mil trabalhadores é baixo, nem se esse percentual já foi mais alto: o que se deve é procurar uma sensível melhora na ocupação dos trabalhadores para que, com salários compatíveis, eles possam contribuir com aquilo que lhe cabe executar e que as empresas e governo que contratam saibam que a força de trabalho corresponde ao que se pode esperar e até aumentar os quantitativos ocupados.



## Civilização humana será a alma da sociedade brasileira sem arma

» DIOCLÉCIO CAMPOS JÚNIOR

Médico, professor emérito da UnB, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, membro titular da Academia Brasileira de Pediatria, ex-presidente do Global Pediatric Education Consortium (Gpec) — dicamposjr@gmail.com

A humanidade deverá superar novos desafios para recuperar a energia construtiva que revelou possuir durante a tragédia da pandemia enfrentada pelo planeta. Não faltaram esforços universais para conter esse avanço gigantesco da mortalidade, que abalou as bases da sociedade humana. São exemplos a criação e produção de imunizantes com os quais foi possível vacinar a grande maioria das populações, além de uma segura orientação comportamental das pessoas para reduzir a capacidade de transmissão do vírus em causa.

Na fase do atual abrandamento da pandemia, o Brasil merece investimentos que lhe permitam renascer, na dimensão territorial que possui, a fim de que nossa sociedade possa incorporar a civilização humana, algo que já lhe falta há séculos.

Alguns tópicos são prioritários para essa inadiável reconstrução do país. Os pilares insubstituíveis de tal renascimento são: 1) Família afetiva e educativa; 2) Infância saudável; 3) Saúde; 4) Educação. Se não forem alvo de investimentos solidamente construtivos, o país seguirá mergulhado nas tragédias com as quais não poderá mais conviver sem o compromisso de apagá-las do cenário nacional.

A família legítima é hoje um núcleo social indispensável para a evolução das novas gerações. É oriunda da era romana. Consolidou-se ao longo de séculos como um grupo social voltado para os valores divinos da Sagrada Família. Contudo, na era da indústria, desviou-se da rota humanista assumindo paulatinamente a semelhança com um modelo de

empresa, algo incoerente com o núcleo familiar que manteve a sociedade humana inspirada em valores afetuosos, aconchegantes, morais e éticos entendidos como a única e verdadeira riqueza a ser construída e cultivada.

Portanto, a família humana precisa voltar a ser a fonte de energia moral e espiritual capaz de manter as novas gerações em sintonia com uma sociedade realmente civilizada. Para tanto, é inadiável investir no reconhecimento da nobre missão da maternidade, exercida unicamente pela mulher, cujo organismo reúne todas as peculiaridades que lhe conferem a essência estimulante da ternura, aconchego, afeto e amor desde a fase de gestação, identificando-a plenamente com a sua natureza materna capaz de se dedicar, de corpo e alma, aos cuidados com filhos.

A infância saudável merece a maior prioridade, direito bem expresso no artigo 227 da Constituição brasileira. Trata-se da fase de vida na qual o cérebro do indivíduo nasce, cresce, se diferencia e adquire o mais elevado potencial de aprendizagem que, devidamente estimulado nas suas interações com o meio ambiente, permite formar o perfil original de sua personalidade, que será dotado de grande capital cognitivo para qualificar o verdadeiro cidadão.

Pode-se, pois, deduzir que o papel do núcleo familiar é de elevada importância na qualificação da infância saudável, razão pela qual o país deverá investir no reconhecimento de que o amor materno é assim o alicerce da cidadania, que não poderá ser desprezado.

Vale a pena insistir no conceito de que a saúde é o bem-estar físico, mental e social. Infelizmente, nossos governantes não querem aceitar essa visão tão clara, cuja base fundamental é a prevenção das doenças e não seu diagnóstico e tratamento. Está bem demonstrado que a prevenção das doenças salvaria boa parte da população e reduziria acentuadamente o custo do SUS.

Não podemos ignorar, por exemplo, que cerca da metade de nossa população vive em ambiente sem nenhuma estrutura sanitária, convivendo com o esgoto a céu aberto, que gera grande número de doenças microbianas e parasitárias. O governo português já está projetando a reforma de seu Sistema Nacional de Saúde (SNS). O presidente da República daquele país, Professor Marcelo de Souza, num discurso recente, pronunciou uma frase que define bem a mudança a ser feita. Para ele: “A prioridade é prevenir e não remediar”.

No que concerne à educação, não se pode ignorar que, no conceito de Cícero, da era romana, “educar é amamentar, proteger e instruir”. É a síntese que mostra o panorama abrangente da educação desde a infância. Ademais, é a fonte de relações humanas baseadas na paz, no respeito ao próximo como base do altruísmo igualitário. A boa educação de alto nível, igual para todos, gera a prática do diálogo pacífico que supera tranquilamente as divergências de opinião e promove sábias convergências comprometidas com os avanços necessários da sociedade humana. Em suma, a civilização humana há de ser a alma da sociedade brasileira sem arma.

## Mãos à obra, Brasil

» CRISTIANO HECKERT

Diretor-presidente da Funpresp-Exe

No artigo *Mãos à obra*, Rio (CB, 7/7/22), o economista Raul Velloso elogia aquele estado pelas mudanças promovidas na previdência de seu funcionalismo: “O do Rio já fez uma segregação de massa dos servidores, mediante a abertura de dois fundos: o primeiro, um fundo previdenciário, ou capitalizado, inicialmente formado pelas contribuições patronais e dos servidores que ingressassem a partir daquela data”. Já o segundo fundo, de repartição simples, abriga os servidores “antigos”.

Esse roteiro vem sendo aplicado pela União desde 2013. Os servidores que ingressaram a partir daí têm a aposentadoria pelo regime próprio limitada ao teto do INSS (atualmente em R\$ 7.087,22). Quem quiser receber mais precisa contribuir para os planos de previdência complementar administrados pelas Funpresps, as fundações criadas para gerir planos exclusivos para os servidores públicos federais. Esse modelo, por definição, não apresenta déficits, pois a aposentadoria é formada pela reserva individual que cada um constitui ao longo da vida funcional.

Apenas no Poder Executivo Federal, são 149 mil servidores que ingressaram a partir dessas novas regras. Por seu lado, há 343 mil servidores ativos no regime antigo, que contribuem hoje para sustentar 650 mil aposentados e pensionistas, na esperança de que colegas mais jovens sustentem sua aposentadoria quando chegar sua vez. Tal regime apresenta um déficit atuarial superior a R\$ 1 trilhão.

A Medida Provisória 1.119/22 reabriu a oportunidade para que servidores federais ativos que ingressaram antes de 2013 optem voluntariamente por migrar para o novo regime. Tal decisão foi tomada por um total de 16.531 servidores do Executivo nas três janelas de migração anteriores e espera-se, no mínimo, igual número de migrações na atual janela. Os servidores precisam fazer as contas para avaliar com atenção as vantagens de migrar de regime e aderir à Funpresp. É uma decisão voluntária e de extrema importância, que traz repercussões imediatas e que se desdobram por décadas para a pessoa e sua família.

Desde 2019, estão vigentes alíquotas progressivas de contribuição previdenciária no regime próprio (inclusive para os aposentados), que podem chegar a até 22%. Diante disso, quem opta por migrar e aderir à Funpresp, cuja alíquota máxima de contribuição é de 8,5%, tem um ganho líquido em seu salário já no próximo mês, além de não pagar contribuição previdenciária ao se aposentar.

Para cada real que o servidor aporta à previdência complementar a União aporta mais um. Esse dinheiro é investido e rentabilizado nas contas individuais de cada servidor na Funpresp. Os valores administrados pela Funpresp-Exe já ultrapassam R\$ 5,6 bilhões e têm tido, ao longo desses nove anos e quatro meses de sua criação, uma rentabilidade acumulada (153%) superior à inflação (77%) e às principais classes de ativos do mercado financeiro, como, por exemplo, CDI (113%), Ibovespa (93%) ou dólar (140%).

Quem opta por migrar também receberá uma indenização — o benefício especial — relativa ao tempo em que contribuiu para o regime próprio em valores acima do teto do INSS. Ela é definida no momento da migração e reajustada pela inflação, tanto enquanto estiver na ativa, quanto após se aposentar.

É importante lembrar, ainda, que o servidor que optar por não migrar está (e continuará) sujeito às novas regras inseridas na Constituição na última reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019) como, por exemplo, tempo mínimo de contribuição de 40 anos para não incidência de fator redutor na aposentadoria e aplicação de redutores mais rigorosos na aposentadoria por incapacidade permanente e na pensão por morte.

Portanto, o modelo instituído a partir de 2013 que traz agora nova oportunidade de adesão trabalha em uma lógica ganha-ganha: a União reduz seu déficit previdenciário, abrindo espaço para investimentos na área social ou em infraestrutura, e os servidores administram os recursos que garantirão a própria aposentadoria, por meio de entidades autogeridas, com governança robusta e sem fins lucrativos.